

01/08/2017 ANO XX

## ConJur traduz o juridiquês, como testemunha e analista dos fatos recentes

Por Luis Felipe Salomão

Imprimir 0 0 0

*\*Texto escrito pelo ministro Luís Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça, especialmente para a comemoração dos 20 anos da **ConJur**.\**

“A história é um labirinto. Acreditamos saber que existe uma saída, mas não sabemos onde está. Não havendo ninguém do lado de fora que nos possa indicá-la, devemos procurá-la nós mesmos. O que o labirinto ensina não é onde está a saída, mas quais são os caminhos que não levam a lugar algum”.

Norberto Bobbio



Corria o ano da graça de 1997.

O ano começou na quarta-feira, sinal de bom agouro, e já no mês de janeiro tomou posse Bill Clinton em seu segundo mandato como presidente dos Estados Unidos da América.

Naquele ano de 1997, contrariando o prognóstico inicial, a trágica morte da princesa Diana marcou o mundo — por coincidência, no mesmo ano em que se decretou o fim do império britânico —, assim também a dor da perda de Madre Teresa de Calcutá, em meio à crise econômica asiática que balançou as bolsas de valores do planeta.

Em meados do primeiro semestre, em terra Brasilis, inúmeros protestos de ruas eclodiram e houve a aprovação da Emenda Constitucional permitindo reeleição para os cargos de prefeito, governador e presidente da República.

Nos desvãos da história, porém, nem tudo estava perdido. Sob as bênçãos do papa João Paulo II — que pela terceira vez visitava o Brasil —, em 1997 a revista eletrônica **Consultor Jurídico (ConJur)** fazia sua estreia e preenchia uma lacuna na área do Direito, segmento sempre avesso a mudanças e avanços tecnológicos.

Tudo que de mais importante aconteceu no mundo do Direito — e adjacências — nos últimos 20 anos, passou pelas telas da **ConJur**. Sua história se confunde com a da própria internet no Brasil.

O pioneirismo, somado à capacidade de congregar de seu idealizador e mentor, jornalista Márcio Chaer, mudaram a face da cobertura jornalística relacionada ao cenário jurídico no Brasil.

Ganhador de diversos prêmios de jornalismo, a **ConJur** publica também o **Anuário da Justiça**, guia indispensável para se conhecer os Tribunais Superiores em Brasília.

“A revista inventou um jeito de falar de Justiça”, disse o Diretor Executivo Maurício Cardoso, em [interessante artigo sobre a história do site](#), por ocasião dos 15 anos.

Naquele momento, já era muito expressivo o número de leitores:

Quinze anos depois e já com instrumentos de medição de audiência mais precisos, dá para dizer que a **ConJur** conquistou um lugar de destaque na internet. Segundo o Google Analytics, em junho último, foram visualizadas 3,5 milhões de páginas da **ConJur** por 837 mil visitantes únicos (leitores que retornaram pelo menos uma vez ao site no mês). Notícias do site são citadas pelas maiores publicações do país e algumas vezes por internacionais

como o *Wall Street Journal*, o *Financial Times* e o *New York Times*. Pelas informações do Google Analytics, este site é visitado por internautas de cerca de 130 países.

No último ano (de julho de 2016 a data de hoje), foram 23 milhões de leitores, um aumento de 16,3% em relação ao mesmo período anterior.

Outro texto muito interessante sobre a história da revista foi [escrito por Rodrigo Haidar](#), também por ocasião dos 15 anos.

Naquele relato, recheado de sentimento, o jornalista não listou um caso que, tempos depois, me confidenciou e achei extremamente pitoresco, e que ilustra o alcance da **ConJur**.

Rodrigo publicou no site uma reportagem, em 2006, onde exibe vários exemplos de como a Justiça provoca muito mais mudanças sociais com suas decisões do que as leis. Entre os vários exemplos citados, um dizia respeito às decisões que reconheceram o direito de pensão por morte de companheiro homossexual. Dias depois da publicação, um senhor de uns 50 anos procurou-o para contar sua história. O companheiro dele havia morrido não fazia muito tempo e o INSS tinha negado o direito à pensão. Após o relato, o jornalista disse que iria escrever a história. O cidadão, então, perguntou: “Mas, doutor, quanto o senhor irá me cobrar?”. E ele respondeu: “Nada. Nós não cobramos para publicar os textos”. Ele se assustou: “Publicar? Não! Eu quero um advogado para entrar com ação contra o INSS. Você não é advogado?”.

Não foi a primeira nem a última vez, disse Rodrigo, que foi confundido com advogado por causa dos textos.

Realmente, essa simbiose faz a singularidade da **ConJur**. Eduardo J. Couture assinalou, certa vez, que o intérprete é um intermediário entre o texto e a realidade, pois a interpretação consiste em extrair o sentido correto.

Por isso, a **ConJur** se converteu em um verdadeiro *tradutor* dos temas relacionados ao direito, eu acrescento à expressão de Mauricio, um “*jeito muito diferente de falar de Justiça*”, de abordar os assuntos jurídicos, absorvendo a instantaneidade da internet.

Nos dias de hoje, a revista eletrônica tem uma múltipla atuação. Tanto apresenta as notícias jurídicas em tempo real, como também proporciona análise densa e com muito conteúdo em diversos temas do momento. Tem colunas especializadas em inúmeros ramos do Direito, e no final do ano apresenta os já conhecidos balanços em cada área e segmento, com abordagem também no âmbito do STF, STJ e demais tribunais superiores.

Em relação especificamente ao Poder Judiciário, é sabido que a partir da Constituição cidadã de 1988, por um lado, assegurou-se amplo acesso à Justiça; por outro lado, há o crescimento exponencial de demandas judiciais sobre as mais diversas controvérsias, sendo a “judicialização” uma característica desse fenômeno.

São números já bastante difundidos, cerca de 100 milhões de processos em andamento no Brasil — um processo para cada dois habitantes —, com taxa de congestionamento do sistema judicial superior a 70%.

Enquanto isso, a visibilidade do Judiciário chega às alturas, com a pertinente discussão atual acerca de seu verdadeiro papel, independência e ativismo. Judiciário independente? Para que e para quem?

Na verdade, desde o pós-guerra, o Judiciário é um Poder em busca de sua verdadeira identidade. Concebido para solucionar demandas individuais e entregar a cada um o que é seu, cada vez mais se encontra envolvido nas demandas coletivas, com alteração visceral no conceito do que é a verdadeira justiça nos tempos pós-modernos.

Estas nuances não passaram despercebidas pela **ConJur**, testemunha e analista dos fatos recentes.

Que venham os próximos 20 anos!

---

Luis Felipe Salomão é ministro do Superior Tribunal de Justiça.